



## Joaquim Aguiar

# O abuso do poder

*A iniciativa do Instituto de Estudos Políticos que questiona quais serão os principais bloqueios e desafios para o desenvolvimento do país não pode ficar sem resposta nas circunstâncias actuais.*

A motivação próxima apresentada na carta que formaliza o convite para uma reflexão sobre este tema é a conjugação de três ocasiões eleitorais. Se fosse só essa a razão da iniciativa, não constituiria, pelo menos para mim, razão bastante para a participação. É claro que as eleições são importantes, estabelecem mesmo a condição essencial de permitir afastar os que falham sem ter de se recorrer à violência. Porém, alguma coisa é distorcida na satisfação desta condição essencial da democracia quando persistem os bloqueios e não se vencem os desafios. Para se reflectir sobre o tema proposto pelo Instituto de Estudos Políticos é preciso pensar para além das eleições – e só depois se pode usar a oportunidade eleitoral para extrair as consequências dessas reflexões.

Desde 1995<sup>1</sup>, as eleições – legislativas, autárquicas e europeias – têm sido pretextos de mistificação, no duplo sentido de os programas apresentados a sufrágio não serem depois assumidos nas decisões políticas da configuração de poder que resultou dessas eleições e de o Governo resultante das eleições não se considerar responsável pela narrativa programática que apresentou ao eleitorado, que foi meramente instrumental para a conquista do poder.

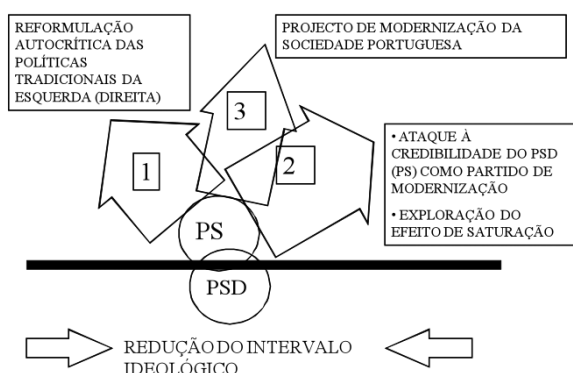
Foram persistentemente evitados ou silenciados os sinais de inviabilidade e de insustentabilidade dos padrões das políticas públicas em nome da afirmação e da repetição de construções imaginárias, prometendo progresso e modernização que não se concretizaram, sem que os responsáveis políticos se sentissem obrigados a apresentar as razões dos seus fracassos. Apesar da agitação que caracteriza a vizinhança temporal das eleições, elas não são oportunidades de clarificação e de ava-

liação, antes são usadas para persistir nos procedimentos de ilusão do eleitorado e de ocultação das questões estratégicas — ou seja, não são úteis para identificar desafios e bloqueios.

As mistificações nos procedimentos eleitorais não têm impedido que os sucessivos eleitorados cumpram a sua parte do contrato democrático, mudando diligentemente as suas escolhas e abrindo oportunidades de mudança política — mas sem sucesso. Depois de cada eleição, reproduz-se o mesmo padrão na relação entre os partidos com vocação de governo: aquele partido que antes se opunha a políticas propostas pelo outro partido que exercia o poder, apropria essas mesmas políticas depois de ter conquistado o poder com um programa eleitoral que as rejeitava e denunciava como inadequadas. Estas transfigurações são depois justificadas como imposições da força da necessidade (e o partido que antes exerceu o poder é responsabilizado pelo estado de necessidade em que deixou o país), mas não deixa de ser uma violação da vontade expressa pelo eleitorado: afinal, os eleitores descobrem que escolheram aquilo que lhes tinham dito para rejeitarem ou que voltam a ter o mesmo tipo de políticas quando julgavam ter escolhido a mudança.

Se tudo o resto se mantivesse constante, não haveria alteração neste padrão do jogo eleitoral e não seria por haver três eleições em 2009 que se iria clarificar o que são os principais bloqueios e desafios que o país enfrenta. PS e PSD continuariam a reproduzir uma relação perversa de competição, onde a diferenciação pré-eleitoral é feita com a intenção de, uma vez conquistado o poder, realizar a neutralização do concorrente assumindo as suas propostas políticas, de modo a revelar a sua inutilidade e a apropriar a sua identidade. Não há a vitória de uma alternativa sobre a outra, há a incorporação da identidade do outro para desvalorizar ou anular a sua existência.

**O dispositivo usado nesta relação perversa de competição pode ser sintetizado no gráfico seguinte.**



O primeiro passo é a correcção do passado, com a autocritica das políticas anteriores de modo a assegurar que esses erros (só agora reconhecidos) não serão repetidos. O segundo passo é a neutralização do concorrente, pondo em causa a sua credibilidade para realizar o programa eleitoral que apresenta e tentando explorar a saturação do eleitorado em relação à actuação anterior desse partido. O terceiro passo é a afirmação do programa, sempre centrado, qualquer que seja o partido considerado, na garantia de modernização da sociedade.

Com a repetição deste processo, nas sucessivas oportunidades eleitorais, e com a repetição da distância entre o objectivo da modernização e a realidade do empobrecimento (mas sempre au-

mentando a despesa do Estado, o endividamento do Estado, das empresas e das famílias, com o crescente peso dos encargos da dívida que crescem mais depressa do que o produto), a amplitude do intervalo ideológico vai diminuindo, até que os dois partidos com vocação de governo, os únicos que podem aspirar a ter (e têm tido) maioria absoluta, perdem a sua diferenciação originária. Quando este processo de sobreposição das alternativas possíveis se consuma, o processo eleitoral perde a sua função essencial em democracia, porque o resultado eleitoral não pune, nem selecciona — é indiferente. Não é nas oportunidades eleitorais que se poderá identificar os desafios e bloqueios à modernização em Portugal, pois as eleições são usadas para os ocultar e para assim promover e legitimar a sua reprodução.

Não foi a vizinhança de eleições, mas sim a mudança das circunstâncias o que desencadeia a mudança política inevitável, aquela que não se conseguiria obter pela via eleitoral.

A acumulação de factores de crise económica e social em Portugal, agora articulada com a crise financeira e geopolítica mundial, produzem um efeito de descontinuidade em todas as linhas de tendência — económicas, sociais e políticas —, colocando no primeiro plano a impossibilidade da reprodução ou de reconstituição do que se formulou no passado como estando dentro do campo das possibilidades políticas, como sendo realizável pelas narrativas apresentadas pelos partidos políticos. O que se manteve oculto, no caso português durante mais de três décadas, emergiu subitamente como se tivesse havido o sopro de uma explosão abrindo uma fractura de descontinuidade nas linhas de evolução, separando radicalmente o passado do futuro. As ilusões que tinham sido protegidas pelas mistificações das eleições aparecem agora como aquilo que sempre foram: construções imaginárias que encobriram a inviabilidade e a insustentabilidade das políticas, que disfarçaram a impossibilidade das promessas de campanha, que adormeceram a vigilância das sociedades — e sem sucesso, como agora se vê.

É neste novo quadro de circunstâncias que tem sentido e utilidade procurar identificar os bloqueios e desafios que o país enfrenta. As eleições não respondem a essa questão, pois ainda serão manifestações integradas no processo de revelação da crise e na formação da perplexidade do eleitorado (que encontra agora o que nunca soube que existia ou que pudesse acontecer). Mas tal como a resolução da crise estará contida na própria crise (no que ela destruir e no que deixar para o futuro), também o facto de as eleições fazerem parte da crise não anula a utilidade que elas têm para seleccionar os que terão a obrigação de conduzir a mudança política que já não podem evitar.

Há, porém, um caso especial de articulação entre as circunstâncias da crise e a realização de eleições que deve ser tido em conta quando se considera o quadro de possibilidades na política portuguesa em 2009.

Através de um processo que se pode designar por reversão na formação da legitimidade democrática, as eleições legislativas de 2009 estão a ser apresentadas como a oportunidade para o eleitorado revelar a sua avaliação sobre a qualidade das orientações governamentais da maioria absoluta do PS durante o período da legislatura de 2005 a 2009.

Numa leitura superficial, esta seria mesmo a essência do procedimento eleitoral em democracia: se as eleições permitem afastar os que fracassam sem ter de recorrer à violência, também devem premiar, com a reprodução dessa fórmula de poder, aqueles que satisfizeram as expectativas da sociedade. Se o eleitorado con-

firmar a mesma maioria absoluta, esse será o sinal de que essas orientações governamentais merecem ser premiadas. É um modo de legitimação *ex post*, determinado pelos resultados, onde a condução política não depende da realização de objectivos programáticos, para passar a ter como objectivo a satisfação do eleitorado: é a evolução das expectativas do eleitorado que condiciona as decisões dos agentes políticos. Pelo contrário, onde a direcção política tiver autonomia, a legitimidade é procurada *ex ante*, com a apresentação dos objectivos programáticos, e só depois é confirmada ou recusada nos processos eleitorais.

Desde 1995 e especialmente desde 2002, as eleições portuguesas não são disputadas em função de uma legitimação *ex ante*, pois o programa político que vence as eleições não é o que vai ser depois aplicado na decisão política concreta. Há uma reversão na formação da legitimidade democrática: esta não resulta da eleição (porque vai realizar-se um programa diferente do que foi apresentado), mas sim da reeleição (se o eleitorado reproduzir o apoio a essa configuração do poder, se o eleitorado se mostrar satisfeito, há uma legitimação retrospectiva do que tiver sido decidido durante a legislatura anterior).

Esta reversão da legitimidade democrática mostra que a satisfação do eleitorado passou a ser considerada mais importante para a decisão política do que a consistência programática das propostas que os partidos apresentam em eleições.

Na fase de fundação de um sistema político, este privilégio atribuído à satisfação do eleitorado seria inaceitável pelos agentes políticos: estes têm de afirmar uma direcção política forte, atraindo o eleitorado para as suas posições e para a sua identidade programática, não aceitariam depender do aplauso do eleitorado para formularem as suas propostas. Haverá mesmo quem, nessa fase de fundação, considere justificado dispensar a consulta ao eleitorado, porque o valor das ideias políticas é superior ao valor da adesão do eleitorado. Já nas fases em que um sistema político está consolidado, operando em condições de rotina, é natural que haja uma maior preocupação com a satisfação das expectativas do eleitorado, até porque este já conhece melhor o que pode esperar de cada partido.

Em condições de evolução normal das economias e das sociedades e quando os sistemas partidários são bem diferenciados, o privilégio atribuído à satisfação do eleitorado não provoca problemas especiais, porque a direcção política é, no essencial, uma rotina administrativa dentro de um campo político estável. Tudo é diferente, porém, quando se está num contexto de crise. Neste caso, a satisfação do que o eleitorado deseja (naturalmente será o retorno ao padrão de normalidade que conheceu no passado anterior à revelação da crise) tende a ser incompatível com o que é necessário decidir para conseguir resolver a crise. E a instabilidade gerada pela evolução da crise, combinada com as manifestações de insatisfação do eleitorado obrigado a viver nessa instabilidade, conduz o sistema político para uma nova fase de fundação, onde a afirmação da direcção política voltará a ter um papel essencial

para que possa haver uma resposta estratégica promotora da mudança das expectativas do eleitorado.

A reversão da legitimidade democrática, quando se transfere para a confirmação do eleitorado a justificação das políticas adoptadas, poderá ser uma expressão da fase de maturidade de um sistema político (porque as diferenciações programáticas se esbateram e as relações entre os partidos rotinizaram-se), mas não pode subsistir quando o sistema político fica sujeito às pressões da crise — que, pela sua natureza, põe em causa essas misturas programáticas e essas rotinas estabelecidas, pela razão óbvia de que, se a crise existe, é porque essas misturas e essas rotinas não tiveram resultados satisfatórios.

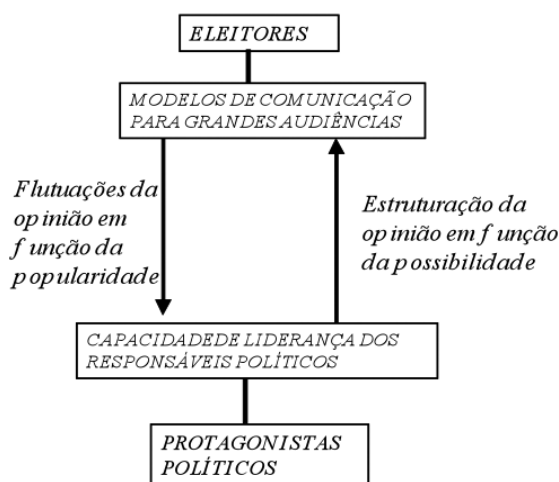
A utilização dos modelos de comunicação para grandes audiências, que obrigam os dirigentes políticos a acompanhar as flutuações da popularidade (daí a importância das sondagens, dos grupos focados e das agências publicitárias, que oferecem o acesso ao poder mas com o preço da abdicação do sentido de responsabilidade e de autoridade dos dirigentes políticos) deixa de ser possível quando a novidade inerente à crise obriga a estruturar a opinião em função da possibilidade — o que só é possível se houver o trabalho político da liderança, da autoridade e da responsabilidade por

parte dos protagonistas políticos que têm de decidir a selecção estratégica em função das circunstâncias, dos recursos e dos conflitos.

Nos períodos de crise, a reversão da legitimidade democrática, que entrega ao eleitorado nas eleições seguintes a validação da acção política conduzida desde as eleições anteriores, perdeu qualquer sentido útil como resposta à crise e como legitimação desse poder. Mesmo que se tratasse de uma crise de tipo cíclico, em que há uma oscilação dos indicadores dentro da mesma configuração, essa legitima-

ção retrospectiva não pode validar os que fracassaram porque não cumpriram o programa com que foram eleitos e, para além disso, não conseguiram evitar, apesar alterarem o seu programa de campanha, a degradação da evolução dos indicadores básicos que sinalizam a dinâmica da crise. Por maioria de razão, numa crise de descontinuidade, em que já não será possível retomar uma linha de equilíbrio dentro da configuração existente, o procedimento da legitimação retrospectiva não poderá gerar uma resposta às questões da crise porque estas se colocam já na configuração do futuro, aquela que será gerada pela possibilidade e já não pela popularidade. Se há uma crise de descontinuidade, algo de inadequado terá ocorrido na condução política, e só outro modo de condução política poderá encontrar a resposta adequada.

As eleições, colocando a prioridade na formação da popularidade, não favorecem a avaliação das possibilidades, que é essencial para a resposta a um contexto de crise, em especial quando se está numa crise que não é de tipo cíclico (como foram crises anteriores, incluindo a crise da década de 1930) mas sim uma crise de descontinuidade (que resulta da evidência de impossibilidade de sistemas de relações e de dispositivos instalados no passado). Pelo contrário, é a perspectiva







da crise de descontinuidade que oferece as informações indispensáveis para que se interprete, no processo de formação da crise, o que são os bloqueios e desafios que se colocam na sociedade portuguesa – e que a evidência da crise torna mais urgente identificar para poder corrigir.

Numa crise de descontinuidade, perde-se a configuração do passado, que já não pode ser reconstituída – e essa é a diferença essencial em relação a uma crise cíclica, onde o passado continua a ser um padrão de referência. No entanto, o futuro a construir após uma crise de descontinuidade não é livre, depende do que forem os recursos que restam depois da destruição da crise e depende do que for a capacidade para corrigir o sistema de relações e as narrativas que antecederam a manifestação dessa crise. O passado deixa de ser o que deve ser reconstituído (com as adaptações inerentes à mudança das circunstâncias) para passar a ser o que tem de ser evitado (para que a construção futura não venha a gerar o mesmo tipo de relações e de narrativas que geram uma nova crise de descontinuidade).

Os obstáculos e os desafios que se revelaram na configuração do passado não foram resolvidos nem superados, mas a mudança das circunstâncias vai alterar a escala de relevâncias e o peso estratégico de cada um desses obstáculos e desafios. Analisar agora os obstáculos e desafios que foram relevantes e estratégicos num passado que já não existe, nem pode ser reconstituído, não terá muita utilidade, ou só terá utilidade para a análise histórica.

Nas novas condições que estão a ser configuradas pela evolução da crise, sobretudo quando esta é uma crise de descontinuidade, será mais útil tentar identificar qual terá sido o es-

pecial sistema de relações que conseguiu neutralizar o factor de correcção que deviam ter sido as eleições, que conseguiu ocultar a informação relevante sobre a trajectória que estava a conduzir à crise e que deixou a sociedade sem condições para reflectir sobre si própria, sobre o seu campo de possibilidades e sobre o seu destino. Ou seja, o que contribuiu para que a trajectória da sociedade conduzisse a um ponto de descontinuidade, após o qual a crise se precipita, tem a grande utilidade de ilustrar o sistema de relações, o dispositivo, que neutralizou as eleições, que ocultou a informação e que impediu que a sociedade reflectisse sobre si própria.

A evidência da crise confirma que os bloqueios existentes no passado não foram superados e que os desafios então colocados não foram vencidos. Esta informação, porém, não é muito relevante se a crise actual não for uma crise cíclica, na medida em que serão outros os obstáculos e os desafios se a crise for uma crise de descontinuidade, for a passagem para um outro padrão. Pelo contrário, essa informação mantém a sua relevância se for usada para identificar o que provocou esses fracassos, qual foi o sistema de relações e o dispositivo que esteve na origem do que se manifesta agora como crise que já não pode ser ocultada.

O que se propõe neste texto é que o obstáculo essencial, aquele que está na origem de todos os outros, tem como nome o abuso do poder político.

Mesmo que formado legitimamente em eleições regulares, com respeito das normas e procedimentos estabelecidos, o poder exercido de modo inadequado não tem como efeito a correcção dos desvios às trajectórias anunciadas mas, pelo

contrário, amplifica essas distorções até que a acumulação dos desvios conduz à impossibilidade que desencadeia a crise. Esta inadequação do exercício do poder político é, em si mesmo, o abuso do poder, no sentido em que o poder político é aquele que, em última instância, tem a responsabilidade da regulação superior da evolução da sociedade.

Se for possível mostrar que os erros de regulação superior, cometidos no que é a essência do exercício do poder, são geradores de obstáculos e razões suficientes para a incapacidade em vencer os desafios, também se terá mostrado que, quaisquer que sejam as circunstâncias e os correspondentes obstáculos e desafios, não se poderá evitar os fracassos e as crises enquanto não se corrigir e neutralizar o abuso do poder.

Para que a noção de abuso do poder político possa ser operacionalizada será necessário estabelecer o critério da sua identificação. Utilizando o princípio da virtude de Maquiavel como sendo a duração de um regime ou de uma configuração política, e o princípio do controlo do abuso do poder de Montesquieu como sendo a separação de poderes para que se possam regular mutuamente, pode-se definir abuso do poder como o estabelecimento de trajectórias e objectivos que não são viáveis ou que não são sustentáveis. Em ambos os casos, não haverá continuidade porque se evolui para uma impossibilidade. E, também em ambos os casos, se essas trajectórias e esses objectivos, apesar da inviabilidade ou da insustentabilidade, são aceites pela sociedade e integrados nos processos eleitorais de legitimação do poder, é porque os dispositivos de regulação não funcionaram, porque foram mal concebidos ou porque foram desactivados e neutralizados.

A operacionalização da noção de abuso do poder é, assim, obtida pela avaliação da duração ou continuidade de um regime ou de uma configuração e pela avaliação da eficácia da regulação ou da correcção dos desvios a uma evolução em equilíbrio. Esta operacionalização será mais precisa com a utilização de dois modelos, o modelo de Hyman Minsky para a análise das crises financeiras das economias e dos Estados e o modelo de Bruno Latour para a análise dos processos de regulação em sociedades complexas estruturadas em rede.

O modelo de Minsky estabelece os padrões de evolução em condições de equilíbrio (em que as receitas são equivalentes às despesas), em condições especulativas (em que as despesas são equilibradas pelas receitas com um factor de valorização nos mercados financeiros) e em condições de Ponzi-Madoff (onde as despesas são cobertas pelas receitas mais endividamento crescente).

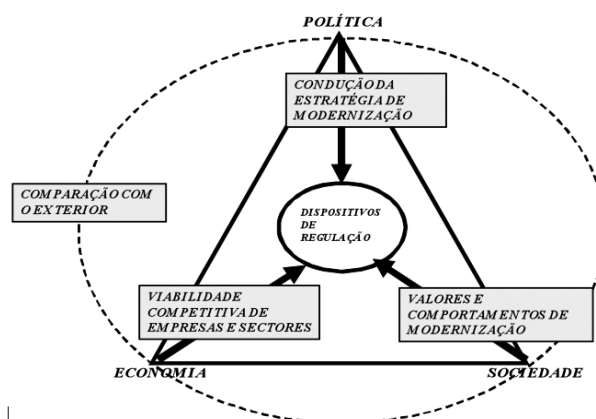
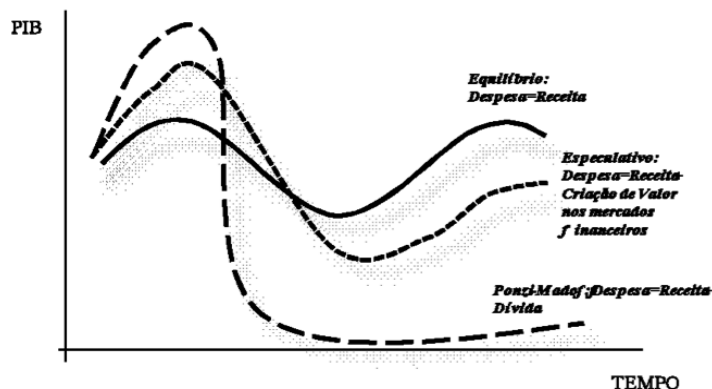
Estas três condições reagem de modos muito diferentes às flutuações das actividades económicas, como se pode ver no gráfico seguinte.

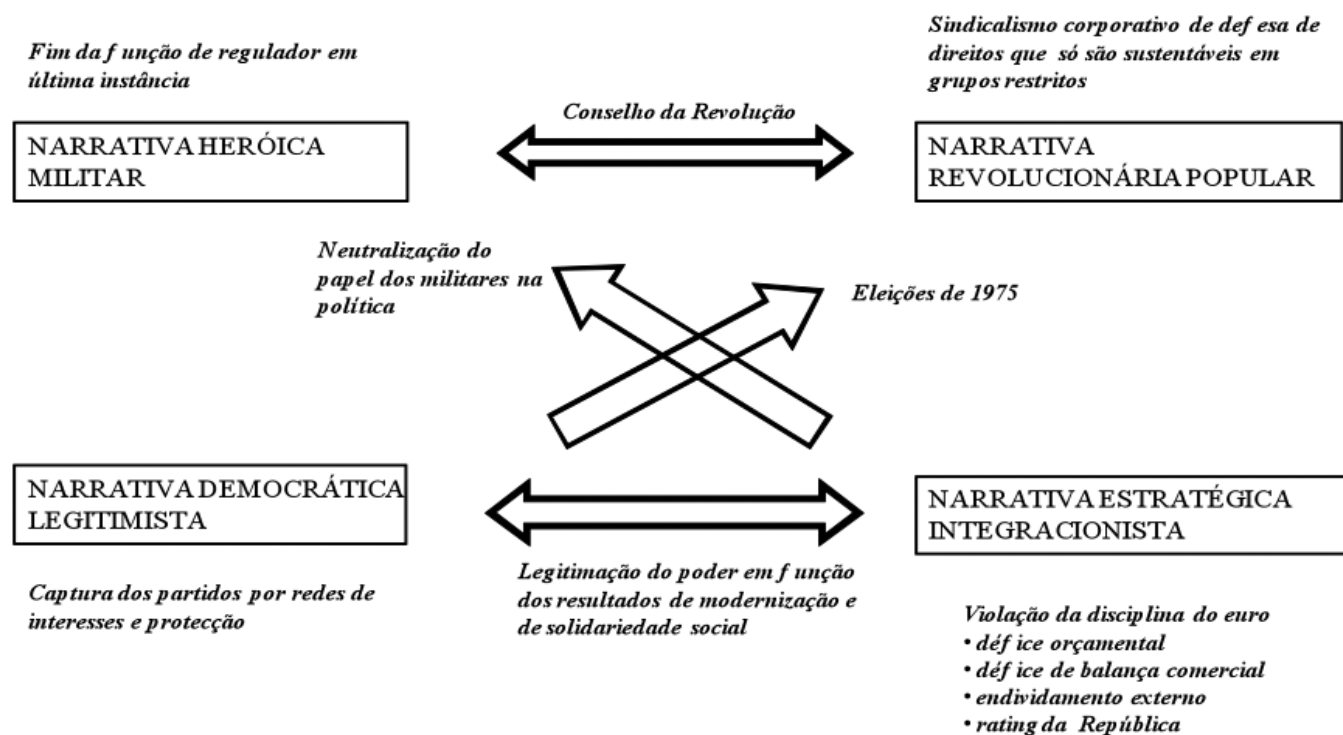
Em sistemas económicos equilibrados, o ajustamento a uma diminuição do ritmo de actividade tem uma dinâmica cíclica, adaptando o sistema de relações económicas às condições de viabilidade e de sustentabilidade. Nos sistemas económicos especulativos, o crescimento financiado pela criação de valor nos mercados financeiros tende a ser mais elevado do que nos sistemas económicos equilibrados, mas o ajustamento a uma diminuição do ritmo de actividade é mais difícil e mais lento porque é preciso absorver o valor perdido por efeito da mudança das expectativas dos operadores financeiros, com a consequente desvalorização dos activos que servem de garantia ao crédito. Nos sistemas económicos do tipo Ponzi-Madoff, o crescimento inicial é ainda mais rápido do que nos outros dois casos, mas quando há diminuição do ritmo da actividade económica e não é possível manter o fluxo de dívida, esse sistema económico precipita-se numa crise de grande intensidade, sem possibilidade de regeneração cíclica.

O modelo de Montesquieu-Latour estabelece as condições de regulação a partir da separação de perspectivas de observação que, quando combinadas, determinam o que é o campo de possibilidades em que se opera.

Os dispositivos de regulação articulam três perspectivas – a da economia, a da sociedade e a da política – avaliando as condições de viabilidade e competitividade na economia quando combinadas com os valores e comportamentos de modernização na sociedade, estabelecendo assim o que é o campo de possibilidades em que se exerce o poder político como condução da estratégia de modernização, tendo em conta a comparação com os indicadores que se encontram nas outras sociedades e nas outras economias. Um sistema de regulação que tenha em consideração estas três perspectivas internas e a comparação internacional não se afastará duradouramente das trajectórias de viabilidade e sustentabilidade.

É neste quadro que se pode analisar em que medida o abuso do poder, o mau uso do poder político, será o principal factor explicativo da crise portuguesa, da impossibilidade de superar obstáculos e de vencer desafios. Em termos das condições de Minsky, um poder político que tome decisões ou permita comportamentos que criem um contexto de Ponzi-Madoff não respeita o critério da virtude de Maquiavel porque essa é uma configuração que não poderá durar, não terá uma cor-





recção cíclica porque depende do crescimento da dívida e será destruída por uma crise de descontinuidade. Em termos das condições de Montesquieu-Latour, um poder político que estabeleça as condições de regulação sem considerar as articulações entre a política, a sociedade e a economia estará a violar o princípio das inter-relações e será surpreendido pela emergência do real na forma de efeitos indesejados e inesperados.

## 1. O ABUSO DAS NARRATIVAS FUNDADORAS

As narrativas fundadoras de um regime são o primeiro elemento de avaliação a considerar quando se trata de analisar a consistência da sua condução política, designadamente se não foram entretanto propostas novas narrativas de programação política. A conclusão geral é que nenhum dos objectivos anunciados na fundação do regime democrático português, e regularmente reafirmados, foi concretizado ou tem condições de ser concretizado. Pelo contrário, os objectivos reais a que se chegou não têm qualquer correspondência com os que foram anunciados e integrados nos programas dos partidos e dos governos.

A Instituição Militar, que foi instrumental na fundação da democracia, perdeu a sua relevância e já nem sequer pode ser o regulador em última instância que sempre foi na história portuguesa. Os projectos de revolução popular resumem-se agora a um sindicalismo corporativo que não tem condições de financiamento dos direitos que quis estabelecer, que só são sustentáveis em grupos restritos formados por novos privilegiados. O projecto de modernização por integração europeia foi perdido quando os responsáveis políticos violaram a disciplina do euro, acumulando défices orçamentais e défices da balança comercial, aumentando o endividamento externo ao mesmo tempo que deixavam degradar o rating da República. E até a narrativa da legitimação do poder pelos procedimentos democráticos foi distorcida e pervertida quando se organizou

a captura dos partidos por redes de interesses e protecção, distorcendo os dispositivos democráticos eleitorais.

A evidência do abuso do poder revela-se aqui com toda a limpidez, mostrando que não há nenhuma narrativa de regeneração e de correcção: só o efeito destrutivo da crise poderá regenerar e corrigir o que já está a operar para além do campo de possibilidades.

## 2. ABUSO DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA

A informação económica é uma condição de qualidade da governação, mas também é uma condição de cidadania. É um direito a ter acesso a informação em relação aos indicadores mais relevantes, para que não se fique dependente das percepções pessoais ou dos discursos políticos. No caso da evolução dos indicadores económicos portugueses, a evidência é de tal modo nítida que o que é surpreendente é que tanto os discursos políticos como as sondagens feitas aos eleitores revelem uma forte disparidade entre esses indicadores reais e as construções imaginárias que aparecem tanto nas expectativas sociais como nos programas e discursos políticos. Neste caso, o abuso do poder aparece na forma de mistificação de valores numéricos, e de previsões a partir desses valores, que deliberadamente ocultam ou distorcem o que é o campo de possibilidades efectivas.

Poderia admitir-se que se trata de erros involuntários de análise. Todavia, a sua repetição sistemática e, em especial, os erros de avaliação e de previsão cometidos nos últimos anos, de 2005 a 2009, obrigam a aceitar que se tratou de um processo de denegação, de recusa em assumir o que, de facto, destruiu as ilusões que foram promovidas pelo exercício inadequado do poder político. O exercício do poder com ocultação — intencional ou inconsciente — da informação relevante é um modo de abuso do poder e que nem sequer protege quem





o pratica. A evidência do real, que na economia se manifesta através do indicador de viabilidade (equilíbrio entre receita e despesa) e de sustentabilidade (adaptação da evolução dos dispositivos à variação das suas condições iniciais ao longo do tempo), emerge inevitavelmente quando rompe as coberturas do imaginário e a resistência da denegação. No fim, o que resta é sempre menos do que existia no início, em termos de poder político efectivo e em termos de legitimidade do regime político onde se difunde este modo de exercício do poder.

Entre os valores fundadores da democracia portuguesa, o crescimento económico, o perfil da curva da evolução do PIB, era uma condição geral para a diferenciação qualitativa em relação ao anterior regime autoritários e para a diferenciação quantitativa que permitiria financiar as políticas distributivas e os direitos sociais atribuídos. Tendo falhado o objectivo do crescimento, o exercício do poder político criou um contexto de Ponzi-Madoff, onde o excesso de despesa do Estado, o excesso de endividamento e as perdas de posição nas relações da balança comercial limitam, na escala de décadas, as possibilidades de crescimento da economia portuguesa. Ou seja, a ocultação da informação económica contribui de modo directo para a perda de legitimidade do regime político.

### 3. ABUSO DA POSIÇÃO DOMINANTE NO SISTEMA IDEOLÓGICO

A convenção de que a instauração do regime democrático em Portugal foi uma vitória das posições ideológicas de esquerda tem justificação factual do ponto de vista dos seus protagonistas fundadores e tem confirmação continuada quando se consideram os valores programáticos dominantes que persistem — os “ideais de Abril” — desde a origem do regime até ao presente. Contudo, esta evidência de que a posição dominante no sistema ideológico se localiza na esquerda apenas indica que as posições de direita não conseguiram contrariar essa dominância, não indica que os valores de esquerda tenham estado a ser concretizados ou que possam persistir depois dos choques que decorrem da crise de descontinuidade actual. Houve abuso do poder a pretexto da superioridade dos valores da esquerda, mas também houve abuso do poder no sentido em que essa posição dominante da esquerda no sistema ideológico não foi aproveitada para concretizar os valores da esquerda.

Como interpretar que, sendo a esquerda dominante, não tenha realizado os seus valores políticos?

Esquerda e direita são referências de posição e de identidade que se desenvolvem numa relação, onde o que uma parte faz, ou pode fazer, depende do que a outra parte permite que seja feito, ou está interessada que seja feito. Estão em confronto narrativas doutrinárias, modelos de sociedade e visões do mundo que se diferenciam em identidades distintas. Mas também estão em relação lugares do poder e interesses a satisfazer — e este jogo de posições, interferidas pelas redes de interesses, usa as diferenciações de identidade dos partidos para potenciar as forças de negociação e de imposição. Mas também estão em confronto modos de exercício do poder, uns adequados e outros inadequados, que determinam o que são as linhas estratégicas e as suas condições de viabilidade e sustentabilidade. A evolução política concreta é o resultado destas interacções de posições e de identidades, nenhuma decisão política é o resultado directo de uma vontade, será sempre o resultado da interrelação de vontades como efeito de sistema.

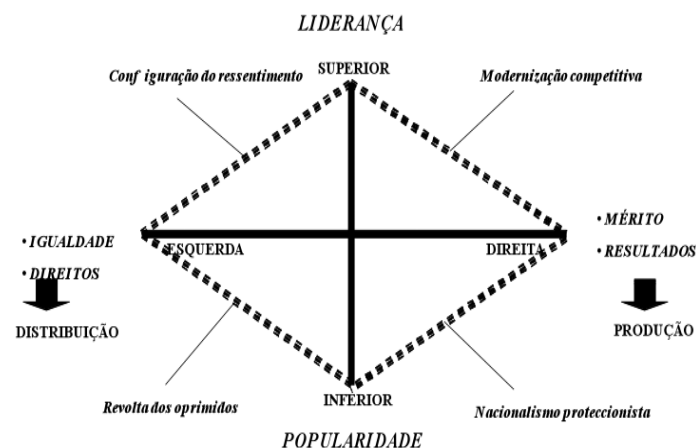
A combinação da posição ideológica com o modo de exercício do poder apresenta-se no quadro seguinte:

No eixo horizontal, a diferenciação entre esquerda e direita estabelece a dicotomia entre a prioridade à distribuição (que deveria ter o efeito mobilizador da sociedade para melhorar a produção numa cultura de igualdade dos grupos sociais) e a prioridade à produção (considerando que só depois de se aumentar a produção se poderá melhorar a distribuição, sob pena de se estar a incentivar a diminuição da produção e a impossibilitar, a prazo, a efectivação de políticas de distribuição). Mas também estabelece uma outra dicotomia, agora em termos de modelo de sociedade: na esquerda privilegia-se a igualdade e a atribuição de direitos, enquanto na direita se atribui um valor superior ao mérito e à avaliação pelos resultados.

Porém, esta descrição tradicional da diferenciação entre esquerda e direita não determina o tipo de exercício de poder que corresponde a estas posições políticas. Para se obter essa informação, é necessário considerar um eixo vertical, com os seus pólos superior e inferior, a que corresponde um exercício do poder marcado pela liderança no pólo superior e um exercício do poder orientado para a popularidade no pólo inferior.

Quando se integra este segundo eixo vertical, a dualidade horizontal que se estabelece entre a esquerda e a direita divide-se em quatro padrões políticos básicos.

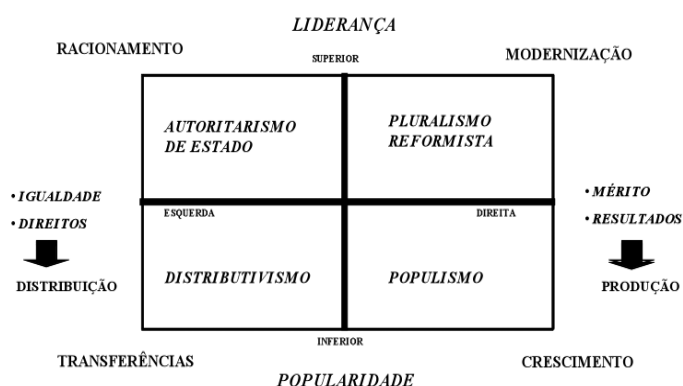
Na direita, o exercício da autoridade política por um poder com liderança tem como programa básico a modernização com-



petitiva, no quadrante superior, e o populismo de direita, gerado por um poder dependente da popularidade, conduzindo a programas de nacionalismo proteccionista, no quadrante inferior. Em ambos os casos, a realização dessas estratégias também procura neutralizar os programas de esquerda que coexistem nesse período, retirando-lhes as motivações para organizar acções de índole revolucionária ou violenta, e reduzindo a sua capacidade para captar votos nos momentos eleitorais.

Na esquerda, a afirmação da liderança política assume a forma da configuração do ressentimento, organizando o potencial de revolta existente na sociedade de modo a ameaçar as posições do poder estabelecido ou de impedir que elas se consolidem, numa atitude própria das vanguardas revolucionárias; nos casos de maior dependência da popularidade, o padrão político básico na esquerda tem a forma da revolta dos oprimidos, com a formação de ondas de protesto e de agitação que instabilizam a ordem política existente e impedem a sua consolidação.

Estes quatro padrões políticos básicos geram linhas de orientação política que têm condições específicas de viabilidade, isto é, condições que têm de ser atingidas para que essa forma do poder possa conservar o seu lugar de domínio. Esta é a indicação mais importante deste modelo que identifica os campos de possibilidades para cada posição no sistema ideológico, estabelecendo a sua condição de duração (critério da virtude de Maquiavel: como manter o apoio social e o suporte económico para essa forma do poder) e a sua condição de equilíbrio (critério de Minsky: como evitar a dependência da dívida que destrói a forma do poder, qualquer que ela seja).



No pluralismo reformista (posição de direita com liderança política), a modernização é a condição de viabilidade e de sustentabilidade, gerando as dinâmicas sociais e económicas que asseguram o crescimento e a distribuição — neutralizando assim as propostas concorrentes nesse sistema ideológico. No autoritarismo de Estado (posição de esquerda com liderança política), é o domínio sobre a economia e sobre a sociedade que permite estabelecer as condições de racionamento que permitem ter uma evolução em equilíbrio mesmo que não haja crescimento — e enquanto a sociedade não rejeitar essa limitação dos seus horizontes, tornando ineficaz o racionamento da competição política que é imposto pelo autoritarismo do centro político único.

No distributivismo (posição de esquerda com liderança política fraca que fica dependente da sua popularidade), a necessidade de assegurar o fluxo de transferências encontra a limitação dos equilíbrios orçamentais e dos constrangimentos

da dívida pública — o que torna esta forma do poder instável e efémera, não tem uma autonomia efectiva. No populismo (posição de direita com liderança política fraca obrigada a satisfazer as múltiplas redes de interesses que esperam apoio e protecção para as suas estratégias pontuais ou sectoriais), a necessidade de obter elevados níveis de crescimento na economia torna improvável que esta forma do poder se possa manter sem uma frequente renovação de protagonistas que permita a reformulação das suas promessas apesar de não haver resultados económicos que as suportem.

A interpretação do caso português deve reconhecer que todas estas quatro formas do poder tiveram algum tipo de concretização durante as três décadas de evolução do regime democrático, mas nenhuma delas conseguiu consolidar as suas condições de duração e de equilíbrio. A que mais se aproximou desse objectivo foi a forma do poder pluralista reformista, mas o fracasso dos seus programas de modernização após a integração europeia e o programa de privatizações desencadeou uma acumulação de endividamento do tipo Ponzi-Madoff que há muito contém a possibilidade de uma crise de descontinuidade (com a negação do critério da virtude de Maquiavel). A posição dominante no sistema ideológico, que se localiza na esquerda, formulou-se e situou-se no plano do imaginário, como um valor e um desejo, mas não encontrou concretização real, nem dele se aproximou.

#### 4. ABUSO DA POSIÇÃO DOMINANTE NO SISTEMA PARTIDÁRIO

A dinâmica de um sistema partidário é dependente das suas condições iniciais, do modo como se localizaram os partidos na fase de fundação desse sistema. São as posições inicialmente ocupadas que delimitam os campos de possibilidade competitivos, tanto em termos de especialização das propostas programáticas, como em termos da captação de segmentos do eleitorado. Num sistema ideológico deslocado para a esquerda na fase de fundação, é natural que a posição dominante seja propriedade de um partido que afirme a sua identidade na esquerda. Mas não é indiferente, para a evolução desse sistema partidário, o modo como essa posição dominante é instrumentalizada nas estratégias e nos exercícios do poder do partido que ocupa essa posição.

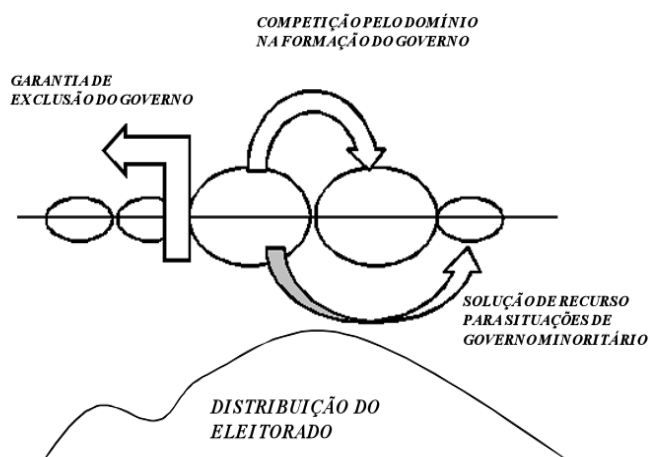
No sistema partidário português, o partido que tinha melhores condições para ocupar essa posição dominante era o PS (actualizando o que já tinha sido a posição dominante do Partido Republicano Português e do Partido Democrático de Afonso Costa no sistema partidário da Primeira República): era o partido que podia pertencer a todas as formações do poder ou, quando isso não se verificasse, era o partido que ainda estaria em condições de ser o filtro ideológico que decidiria quais as propostas programáticas e orientações estratégicas que poderiam ser aprovadas e realizadas neste campo político. Esta posição dominante do PS oferecia-lhe as condições para ser configurante do sistema institucional, do espaço programático e estratégico, para influenciar a formação das expectativas sociais e para garantir que os seus protagonistas tivessem um papel de relevo na formulação das linhas de orientação da evolução da sociedade portuguesa — o que teria como consequência última associar o PS ao sucesso ou ao fracasso da



condução política no regime democrático português.

Esta posição dominante do PS foi operacionalizada de modo a estabelecer uma assimetria no sistema partidário português, de tal modo que a mobilidade à esquerda não é idêntica à mobilidade à direita. Desde o início, o PS identifica a sua posição em função da garantia que oferece aos interesses sociais localizados na direita de que não permitiria que os partidos da esquerda radical e revolucionária tivessem acesso a lugares governamentais (recusando alianças de governo com partidos à sua esquerda), mas também em função do objectivo de se reservar a identidade da esquerda possível — isto é, da esquerda que pode ter acesso a funções executivas, o que diferencia o PS dos outros partidos de esquerda, ao mesmo tempo que lhe facilita o acesso aos eleitores localizados no centro da distribuição eleitoral.

Em termos gráficos, esta operacionalização da posição dominante do PS no sistema partidário pode ser representada do seguinte modo.

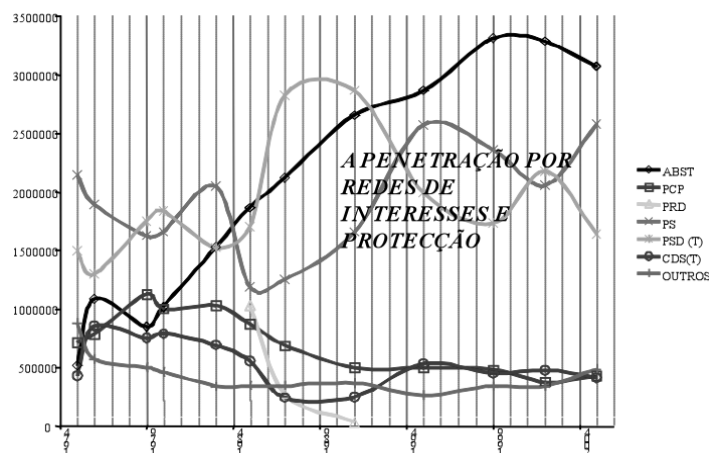


A qualidade desta operacionalização da posição do PS no sistema partidário e as consequências de induzir uma assimetria no sistema partidário ao mesmo tempo que coloca o PS no estatuto de partido necessário — para o exercício do poder ou para o condicionamento da concretização de estratégias de reformas quando não está no poder — terá de ser apreciada em função da evolução eleitoral e, depois, em função da qualidade das políticas que resultaram desta configuração concreta do sistema partidário.

A análise dos resultados eleitorais confirma a assimetria do sistema partidário, o espaço de competição no centro e o estatuto de partido dominante do PS que, ou integra o Governo ou tem o papel parlamentar decisivo de filtro de qualquer programa de reformas que seja proposto por qualquer outro partido ou que as circunstâncias recomendarem (porque, mesmo na oposição, o PS condiciona a formação da agenda política). A competição eleitoral nas periferias só tem relevância para a formação de maiorias no centro e as estratégias e as relevâncias dos partidos periféricos dependem das suas relações com o PS.

No entanto, as curvas eleitorais, com a gradual concentração do eleitorado nos dois partidos centrais, também permite identificar um outro processo que acompanhou esta evolução dos resultados eleitorais: a penetração do PS e do PSD por redes de interesses e protecção, com o objectivo de assegurarem a sua influência sobre a decisão política que seja independente dos resultados eleitorais concretos.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 1975-2005  
(AD DISTRIBUÍDA)



Numa sociedade historicamente estruturada em redes de influência para compensar a insuficiência das suas bases patrimoniais, num regime político que teve na sua fase de fundação dois processos de transferência patrimonial (as nacionalizações e as descolonizações) e com partidos políticos que precisavam de contribuições particulares para o financiamento das suas actividades, seria natural esperar que as redes de interesses e protecção aproveitassem a concentração de votos nos dois partidos centrais para neles instalarem representantes desses interesses particulares, assegurando, em contrapartida, a protecção dos protagonistas políticos em termos económicos, de carreira ou de prestígio.

Não havendo surpresa neste efeito de penetração de redes de interesses e protecção nos partidos dominantes, deve salientar-se que um efeito indirecto desta influência de redes de interesses é a gradual convergência das propostas programáticas destes dois partidos — uma convergência que não decorre de um trabalho de avaliação das políticas, mas sim de uma inevitabilidade quando têm de satisfazer o mesmo tipo de clientelas, restringindo-se as diferenciações possíveis a temas marginais ou a regulamentações de estilos de vida.

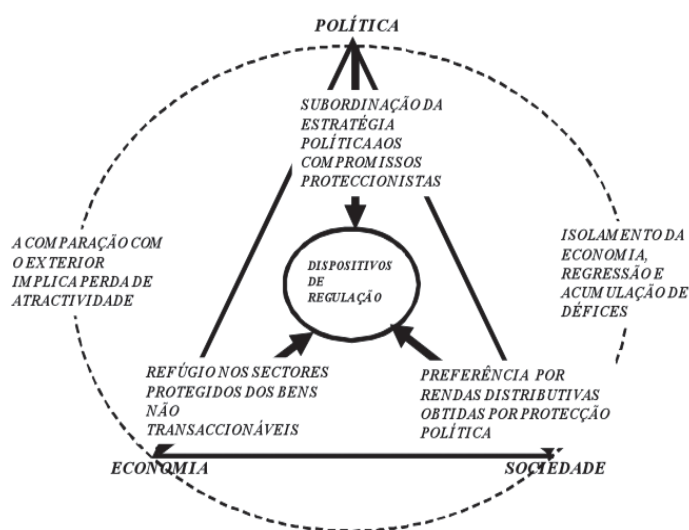
Estas indicações contribuem para que as eleições — mesmo quando, em 12 eleições legislativas realizadas, 6 tenham sido antecipadas — não possam funcionar como avaliações efectivas das possibilidades ou como oportunidade para a selecção de estratégias alternativas, acabando por ser disputas em função da popularidade dos protagonistas políticos que não interferem nas redes de interesses instaladas na sociedade e no interior dos partidos dominantes.

## 5. ABUSO DO PODER NA FUNÇÃO DE REGULAÇÃO

Num sistema político onde o sistema partidário perdeu factores de diferenciação (os programas políticos e as práticas políticas sobrepõem-se) e capacidade de selecção (os protagonistas partidários são escolhidos noutras instâncias e por estas protegidos), nem o funcionamento interno dos partidos, nem a realização de eleições, são eficazes para corrigir trajectórias que se desviam do esperado ou que se revelam inviáveis e insustentáveis.

Nestas condições, as funções de regulação tornam-se mais relevantes do que teriam de ser se o sistema partidário funcionasse

com normalidade, porque passam a constituir a última oportunidade de operacionalizar os filtros de responsabilidade política, de corrigir a ilusão com a identificação do que são as possibilidades objectivas através da análise crítica dos resultados obtidos. Mas também será porque as funções de regulação têm maior relevância quando o sistema partidário não funciona normalmente que se deve esperar que também as funções de regulação sejam distorcidas de modo a que venham a validar o que não é viável nem sustentável — mas que é necessário para satisfazer as redes de interesses que penetraram os partidos e os órgãos do poder justamente porque as suas actividades não satisfazem os critérios objectivos de avaliação da sua viabilidade e da sua sustentabilidade. Esse processo de distorção dos critérios de regulação é ilustrado na figura seguinte.



Este processo de distorção das condições de regulação desenvolve-se por acumulação de factos consumados: são as decisões anteriores que justificam a flexibilização das normas de avaliação até que estas mudam de natureza, passando a validar uma ilusão em lugar de sinalizarem os desvios à realidade. É um processo conhecido nos casos de forte dependência ideológica, onde o imaginário se sobrepõe ao real através da construção de universos artificiais. Mas não é um processo natural em sistemas políticos pluralistas, onde a relação competitiva entre partidos deveria ser suficiente para que algum deles denunciasses o irrealismo e a ilusão de outros. O facto de essa denúncia não surgir, ou não ser suficientemente insistente, é um sinal adicional da penetração dos partidos por redes de interesses e de protecção, que se encarregam de neutralizar quem se referir à inviabilidade e à insustentabilidade das políticas e dos dispositivos que concretizam essas políticas.

O abuso do poder no exercício das funções de regulação é o que deixa os sistemas políticos democráticos sem defesa contra os erros e desvios, porque é neutralizada a instância que tem a missão especializada da avaliação das possibilidades. O sistema político fica sem fiscalização e sem racionalização, com o sistema de decisão condicionado pela necessidade de popularidade dos protagonistas políticos, pela necessidade de satisfazer os desejos dos eleitores e pela obrigação de satisfazer as redes de interesses que dependem das suas decisões políticas.

Onde existir o abuso do poder no exercício das funções de regulação, que são essenciais para denunciar e corrigir os abusos do

poder político, não será possível remover obstáculos e vencer desafios, porque nem sequer será possível identificar e publicitar os desvios ao que foi anunciado e ao que foi legitimado em eleições.

## 6. ABUSO DO PODER NA GESTÃO DA CRISE

Os abusos do poder não se prolongam indefinidamente, encontram um ponto limite quando conduzem à impossibilidade, o obstáculo irremovível que nem as redes de interesses e protecção, nem as viciações das regulações, conseguem fazer desaparecer. Antes de se atingir esse ponto limite, os sinais que antecipam a crise estão ao alcance dos responsáveis políticos, que não os podem ignorar. Mas mesmo nessas circunstâncias que já são extraordinárias, ainda há a oportunidade de prolongar o abuso do poder na gestão da crise com uma atitude de denegação, de recusa em assumir o que não pode ser ignorado e que é ocultado à sociedade pelo encobrimento ou pela interpretação inadequada desses indicadores de inviabilidade e de insustentabilidade.

Não sendo a informação igualmente distribuída, são as redes de interesses que ocupam posições na proximidade do poder político, que estão implantadas nos partidos e que têm acesso aos centros de decisão, quem estabelece a antecipação adequada do que vai ser a evolução da crise até se chegar ao ponto de impossibilidade. São as suas atitudes de compensação das consequências antecipadas da crise que acentuam a dinâmica da crise, na medida em que eles sabem o que o resto da sociedade ainda não sabe.

Nesta perspectiva, o abuso do poder na gestão da crise beneficia os que têm a informação adequada — e que já não têm ilusões quanto ao que será o resultado dos programas de emergência formulados pelos responsáveis políticos. Os que estão informados limitam os seus riscos e protegem os seus recursos e os seus patrimónios, transferindo para o resto da sociedade, para os que permanecem iludidos pelo discurso do poder, os custos essenciais da crise.

Em condições de crise localizada numa única sociedade, a sua evolução até ao ponto limite da impossibilidade é a condição para a eliminação e substituição dos que governaram na modalidade do abuso do poder. Não há outro modo de conseguir esta eliminação e substituição porque, enquanto exer-

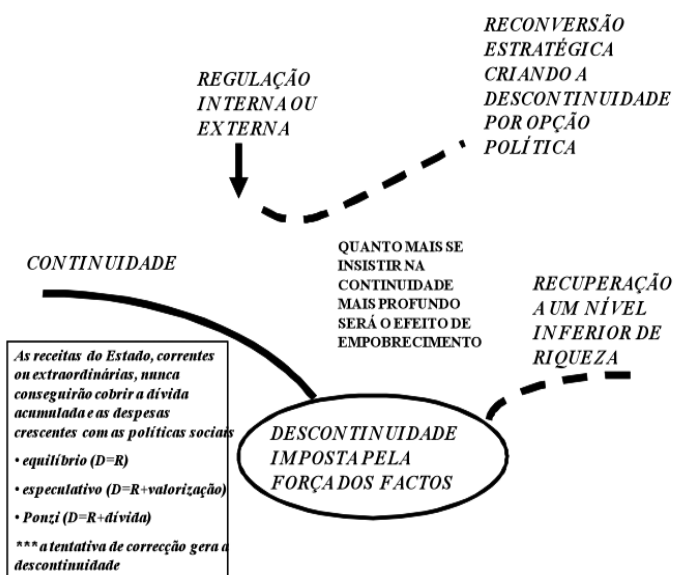
*A forma mais grave de abuso do poder é a renúncia ao exercício responsável do poder político para, pela via da popularidade, atingir e conservar os lugares do poder, a partir dos quais se oferece o serviço de satisfazer os objectivos das redes de interesses e protecção que penetram os partidos, ao mesmo tempo que se explora o imaginário dos eleitores escondendo informação relevante sobre o que é o campo de possibilidades em que vivem.*





ceram o poder, neutralizaram os dispositivos de regulação e, em especial, mistificaram os procedimentos eleitorais quando distorceram a informação disponível para os eleitores. Sendo essa crise localizada numa única sociedade, a evolução das outras sociedades continua a oferecer indicações úteis sobre o que poderá ser um programa de recuperação depois de atingido o ponto limite que torna inevitável a mudança das protagonistas políticas e das suas orientações estratégicas.

É um processo que tem a seguinte representação gráfica. Perante os sinais da crise, deverá entrar em acção a regulação in-

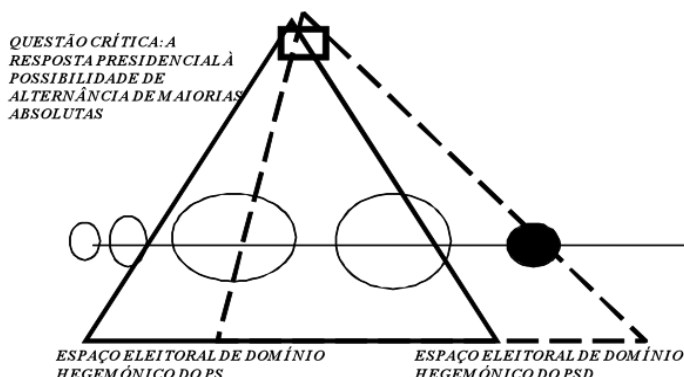


terna. Se esta não for eficaz, a existência da regulação externa, imposta pelos modelos das sociedades que não estão em crise, é um factor de orientação poderoso, com influência suficiente para que a trajectória da crise não tenha de ir até ao ponto limite e se induza uma descontinuidade deliberada que seja assistida pelos modelos bem sucedidos. O abuso do poder implicou o empobrecimento da sociedade que geriu a crise de modo inadequado, a sua recuperação irá ser iniciada a um nível inferior de riqueza, mas essa sua experiência histórica contém o ensinamento do que são as consequências inevitáveis desse abuso do poder e, desse modo, contribui para corrigir esse vício no período seguinte.

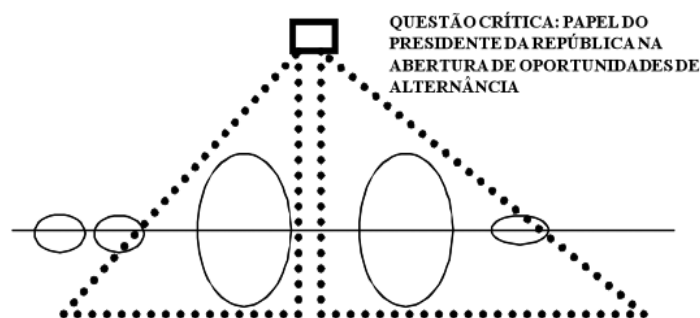
A resolução do abuso do poder na política portuguesa deveria encontrar o seu desfecho no ano eleitoral de 2009, quando a economia e a sociedade portuguesas atingiriam o ponto limite das suas trajectórias anteriores que as conduziu à vizinhança do ponto limite da impossibilidade. Seria essa descontinuidade que iria permitir refundar o sistema partidário português e corrigir a assimetria que o PS introduziu no sistema político português, com consequências negativas para a qualidade da condução política e para o funcionamento dos dispositivos de regulação.

A ironia da História não permitirá que este desfecho se concretize na forma esperada, imposta pela força dos factos. A crise mundial que se revela em 2008, uma crise de abuso de poder que tem a forma de uma crise Ponzi-Madoff, é do mesmo tipo da crise portuguesa e já não permite que a resolução da crise portuguesa possa beneficiar do apoio e da orientação de um modelo estável externo, porque também este está subordinado à força dos factos desencadeada pelo abuso do poder nas instâncias políticas e financeiras. Nas condições





**A SOBREPOSIÇÃO DOS DOIS PARTIDOS CENTRAIS PROMOVE A MISTURA DAS REDES DE INTERESSES E PROTECÇÃO**



**• SISTEMA PARTIDÁRIO COM DUPLA HEGEMONIA**  
**• INTERPRETAÇÃO DO SINAIS DE SATURAÇÃO E DE VOLATILIDADE DO ELEITORADO**

actuais, não há nenhum modelo de orientação a que se possa recorrer para responder a uma crise localizada, apenas há processos de desagregação que seguem trajectórias semelhantes porque decorrem de desequilíbrios idênticos.

O que se pode esperar ter depois destes processos de desagregação é, em Portugal como na generalidade das economias desenvolvidas, a nacionalização do sistema bancário, a incorporação no Estado das empresas mais relevantes para evitar a sua falência, um crescimento do endividamento para além de todos os limites de precaução, o aumento do desemprego e da insegurança na sociedade, o bloqueamento do potencial de crescimento por um prazo longo em consequência do peso da dívida acumuladas e a inevitável revisão radical dos modelos económicos que foram usados para fundamentar as decisões de política económica durante a última década. O preço a pagar pelo abuso do poder, em Portugal e no mundo desenvolvido, irá marcar todas as narrativas do futuro – mas também determinará o referencial de avaliação dos erros do passado que conduziram, em Portugal e no mundo, a esta descontinuidade.

## EPÍLOGO

A forma mais grave de abuso do poder é a renúncia ao exercício responsável do poder político para, pela via da popularidade, atingir e conservar os lugares do poder, a partir dos quais se oferece o serviço de satisfazer os objectivos das redes de interesses e protecção que penetram os partidos, ao mesmo tempo que se explora o imaginário dos eleitores escondendo informação relevante sobre o que é o campo de possibilidades em que vivem.

As narrativas do futuro, que terão a perspectiva e a necessidade da refundação do espaço político, terão de responder ao desafio de absorver a dívida acumulada e terão de remover o obstáculo que vai ser constituído pela concentração no Estado do sistema bancário e das empresas mais relevantes. Sem vencer esse desafio da dívida e sem remover esse obstáculo da concentração no Estado de todos os centros de decisão não haverá crescimento económico nem financiamento das políticas sociais.

Por isso, terá utilidade recordar como se chegou, em Portugal, à crise do abuso do poder, e o que é preciso acautelar para que não se reproduza o padrão que gera o abuso do poder.

Chegou-se ao abuso do poder, no sistema político portu-

guês, pelo modo de formação de maiorias absolutas que, por efeito da assimetria induzida pelo PS, implicou a sobreposição do PS com o PSD – após o que se deu a mistura das redes de influência e protecção.

Aquilo que foi apresentado como sendo a resolução da questão da governabilidade através da formação de maiorias absolutas acabou por ser a fonte do abuso do poder: a governabilidade assegurada pela maioria absoluta foi a condição de que se serviram as redes de interesses para distorcer a decisão política, usando o PS como o veículo para essa estratégia – cujos resultados foram, como era previsível, inviáveis e insustentáveis.

Para devolver à função política o sentido de responsabilidade e neutralizar os modos de sedução do eleitorado através dos quais se movimentam as redes de influência e de protecção, será essencial afirmar a identidade de cada partido com vocação de governo em termos de dupla hegemonia competitiva, em que cada um dos partidos principais hegemoniza o quadrante respectivo – forçando as redes de clientelas, de interesses e de protecção a também competirem entre si revelando as suas composições e os seus objectivos, o que é um modo eficaz de regulação, pelo menos mais eficaz do que foi o normal funcionamento das instituições democráticas.

Na fase de instabilidade extrema que caracteriza uma crise de descontinuidade, muitas tentativas de manter a continuidade do sistema partidário e dos seus protagonistas vão ser ensaiadas, mas sem sucesso. A necessidade de regeneração na economia, na sociedade e na política vai exigir um processo de refundação, baseada na identificação dos obstáculos a remover para que possam ser seleccionados os desafios possíveis – e não os imaginários. ●

1 O MARÇO DE 1995 É ESCOLHIDO PORQUE SINALIZA A EVIDÊNCIA DO FIM DA OPORTUNIDADE DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA COMO CONDIÇÃO DE MODERNIZAÇÃO DE PORTUGAL, PORQUE INICIA A FASE DE DOMINAÇÃO SOCIALISTA DA POLÍTICA PORTUGUESA DURANTE DÉCADA E MEIA (APENAS COM O INTERREGNO INCONSEQUENTE DE 2002-2005 PROTAGONIZADO POR DURÃO BARROSO, PAULO PORTAS E SANTANA LOPES) E PORQUE CONDUZ AOS EQUÍVOCOS DA ENTRADA NA MOEDA ÚNICA EUROPEIA, DA ESTRATÉGIA DE LISBOA E DO TRATADO DE LISBOA. O PERÍODO 1995-2009 IDENTIFICA O ESPAÇO DE ANÁLISE DO PROCESSO POLÍTICO QUE CONDUZIU A UMA CRISE DE GRANDE INTENSIDADE CORRESPONDENDO A UMA DESCONTINUIDADE, O QUE O TORNA MUITO ÚTIL PARA A INTERPRETAR O QUE SÃO, E COMO SE FORMAM, OS BLOQUEIOS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.